



Em janeiro, governo anunciou dois decretos que não prosperaram

No primeiro mês do ano, o destaque do noticiário jurídico foram dois decretos do presidente recém-empossado Jair Bolsonaro (PSL): o que [flexibilizava](#) o porte de armas para cidadãos comuns, e que depois foi revisto; e o que mudava as regras da [Lei de Acesso à Informação](#) (LAI), que caiu alguns dias depois de ter sido anunciado.

Entre as principais mudanças que o decreto sobre as armas promovia está o trecho em que "presume-se a veracidade" da alegação de necessidade de se ter uma arma de fogo. Em junho, no entanto, o próprio governo [revogou](#) esse e outro decreto, que tinham sido derrubados no [Senado](#) e deveriam ter o mesmo destino na Câmara.

Já o decreto que mudava as regras da LAI permitia que servidores comissionados e de segundo escalão impusessem sigilo secreto e ultrassecreto a documentos. Diante da repercussão negativa, ele foi [revogado](#) no final de fevereiro.

Veja as principais notícias do mês na coluna Resumo da semana:

5/1 – [Início do governo de Jair Bolsonaro \(PSL\) foi destaque](#)

12/1 – [Decisão do TRF-4 que suspendeu indulto presidencial foi destaque](#)

19/1 – [Decreto que facilita posse de armas de fogo por civis foi destaque](#)

26/1 – [Decreto que alterou regulamentação da Lei de Acesso à Informação foi destaque](#)

Presidentes de OAB

A **ConJur** publicou uma [série](#) de entrevistas com todos os presidentes recém-eleitos para a Ordem dos Advogados do Brasil em todos os estados. Veja as entrevistas publicadas:

[OAB-AC](#) – Erick Venâncio: "MEC não conteve abertura de cursos, tampouco cuidou da sua qualidade"

[OAB-AL](#) – Nivaldo Barbosa Jr.: "Direito de defesa está preservado, mas a aplicação tem sido comprometida"

[OAB-AM](#) – Marco Aurélio Choy: "Atingida pela crise econômica, advocacia vive momento de empobrecimento"

[OAB-BA](#) – Fabrício Castro: "OAB não deve prestar contas ao TCU porque não movimenta recursos públicos"

[OAB-ES](#) – José Carlos Risk Filho: "Superministério da Justiça não pode ser sinônimo de poderes exacerbados"

[OAB-GO](#) – Lúcio Flávio: "Ao invés de barrar, juízes imprimem no processo penal um cunho policiaisco"

[OAB-DF](#) – Délio Lins e Silva Jr.: "OAB deve ser mais transparente sobre seus gastos e arrecadações"

[OAB-MT](#) – Leonardo Campos: "Advogados têm tido dificuldade para receber honorários sucumbenciais"

[OAB-MS](#) – Mansour Karmouche: "Eleição separada para conselho seccional seria nociva à advocacia"



[OAB-PA](#) – Alberto Campos: "Delação é tão equivocada que costuma resultar em não homologação"

[OAB-PB](#) – Paulo Maia: "Piso salarial deve ser adequado à realidade socioeconômica regional"

[OAB-PR](#) – Cássio Telles: "Alguns juízes têm confiado a assessores tarefa de decidir e julgar casos"

[OAB-PE](#) – Bruno Baptista: "Morosidade do Poder Judiciário é principal gargalo da advocacia"

[OAB-PI](#) – Celso Barros: "Sem crescimento econômico, escritórios tiveram queda drástica de novos contratos"

[OAB-RR](#) – Ednaldo Vidal: "Campanha contra o direito de defesa fragiliza as prerrogativas da advocacia"

[OAB-RO](#) – Elton Assis: "É preciso rever a cultura do encarceramento a qualquer custo"

[OAB-RJ](#) – Luciano Bandeira: "Operações da PF abriram precedente de prender para depois investigar"

[OAB-RN](#) – Aldo Medeiros: "Decisão do TCU desperta necessidade de maior transparência nas contas da OAB"

[OAB-RS](#) – Ricardo Breier: "Apesar do índice de reprovação, Exame de Ordem deveria ser mais rígido"

[OAB-SC](#) – Rafael Horn: "Despachos de juízes do Trabalho afetam relação do advogado com cliente"

[OAB-SE](#) – Inácio Krauss: "Defesa está ameaçada por comoção pública e julgamentos precipitados"

[OAB-SP](#) – Caio Augusto: "Direito de defesa não pretende proteger o criminoso, mas a coletividade"

Entrevista do mês

O destaque do mês foram as entrevistas com Grace Mendonça, que deixava a Advocacia-Geral da União, e André Mendonça, que assumia o cargo.

Spacca



No balanço pela saída, [Grace Mendonça](#) destacou como pontos fortes de

sua gestão os acordos dos planos econômicos, não apenas pela relevância do caso, mas como prova de que é possível resolver conflitos complexos sem litígio.

Já [André Mendonça](#) defendeu que a prioridade de sua gestão seria o diálogo, inclusive com outros órgãos. "A administração pública precisa entender que o particular não é inimigo nem adversário", afirmou.



Leia outras entrevistas:

***Mauro Campbell Marques**, ministro do STJ: ["Se puder transacionar com improbidade, MP deve ser o único a propor ação"](#)

***Rodrigo Baptista Pacheco**, defensor-público geral do Rio de Janeiro: ["Não se resolve o problema do sistema penitenciário brasileiro com mais prisões"](#)

***Marcos da Costa**, ex-presidente da OAB-SP: ["Por falta de autocrítica, juízes e promotores culpam direito de defesa"](#)

Date Created

23/12/2019